**Guerra dos Mascates**

A **Guerra dos Mascates** foi um movimento armado ocorrido em Pernambuco de 1710 a 1712 cuja principal causa era a competição entre os comerciantes portugueses de Recife e os senhores de engenho de Olinda.

Olinda era o centro administrativo da capitania de Pernambuco e também onde moravam os**senhores de engenho**, homens ricos e donos do poder político. Em Recife, moravam os **comerciantes**, na maioria portugueses, de grande poder econômico e que se ressentiam por não poder participar da política, direito exclusivo dos latifundiários olindenses. Além disso, esses comerciantes portugueses de Recife – conhecidos como **mascates**– eram credores de muitas dívidas contraídas pelos senhores de engenho de Olinda, que se encontravam em uma complicada situação financeira, em decorrência do declínio açucareiro.

Os mascates pressionaram o governo de Lisboa exigindo a **elevação de Recife à categoria de vila**, o que lhes daria a oportunidade de se desligar de Olinda, criar sua própria Câmara Municipal e ter suas terras governadas por políticos que fossem seus aliados. A pressão deu resultado e, em 1710, uma carta do rei D. João V criou a vila de Recife.

A aristocracia de Olinda reagiu rapidamente e, como não podia questionar a carta régia, colocou em questão quais seriam os limites da nova vila e exigiu que ela ocupasse apenas as áreas já controladas pelos comerciantes portugueses. O ouvidor-mor, encarregado de arbitrar essas disputas entre os colonos, aceitou a proposta, decisão que não foi aceita por Recife. Teve início um período de tensão em que os dois lados prepararam-se para a guerra.

No dia 7 de novembro de 1710, **a aristocracia de Olinda ocupou Recife e derrubou o Pelourinho**, símbolo da autonomia municipal. Os mascates se organizaram e, em 1711, deram início à reação na tentativa de restabelecer sua independência. Os combates seguiam equilibrados quando chegou a Pernambuco Félix José Machado de Mendonça, novo capitão-mor enviado por Lisboa, o qual, a princípio, mostrou-se conciliador, dialogando com os dois lados da disputa.

Após inteirar-se com segurança da situação, o capitão-mor promoveu uma devassa para apurar os responsáveis pelo conflito. Os olindenses foram considerados culpados, seus líderes foram condenados por **crime de lesa-majestade** e tiveram seus bens confiscados.

Em 1714, D. João V concedeu-lhes anistia e devolveu-lhes os bens confiscados. Mas a revolta e seu desfecho serviram para mostrar a decadência econômica e a perda de força política dos senhores de engenho olindenses.